

Comissão de
Trabalho



Relatório de Atividades

..... 2024



**PUBLICAÇÃO DA COMISSÃO DE TRABALHO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Revisão: Marcelo Augusto Coelho da Silva e Fredo Ebling Júnior

Projeto Gráfico e Editoração: Lanna Silveira

Redação: Lanna Silveira

Imagens: Canva e Câmara dos Deputados

**MEMBROS DA SECRETARIA DA COMISSÃO DE
TRABALHO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

André Luís Rodrigues Corrêa Pinto

Adiel Lopes dos Santos

Fredo Ebling Júnior

Honejohnny Pereira da Silva

Marcelo Augusto Coelho da Silva

Mariane Luiz Brandão de Melo - Estagiária

CONTATOS

Secretário-executivo: Marcelo Augusto Coelho da Silva

Local: Anexo II - Ala C - Sala T50

Telefones: (61) 3216-6818 - (61) 3216-6808

Índice

Palavra do Presidente	03
Composição	04
Projetos Apreciados	07
Requerimentos	20
Audiências Públicas	29
Comparecimento de Ministro de Estado	40
Palestra	42
Seminários	43

Palavra do Presidente

Em 2024, a Comissão de Trabalho (CTRAB) se manteve firme em sua missão de promover e discutir políticas públicas que impactam diretamente a vida dos trabalhadores no Brasil. Foi um ano desafiador, mas também de grandes conquistas, em que buscamos, de forma incansável, garantir que as necessidades da população fossem devidamente representadas.

Nosso trabalho foi pautado pelo diálogo constante com a sociedade, empresas, entidades de representação de classe, governo e especialistas dos mais diversos aspectos trabalhistas. Realizamos audiências públicas importantes sobre temas essenciais, como a valorização do trabalhador e ambiente de trabalho, sempre com o compromisso de fazer as reformas necessárias para um país mais justo e eficiente.

Período também marcado pelo esforço para modernização da legislação brasileira diante das novas demandas e relações do mercado de trabalho, sem perder de vista a necessidade de proteção social para os trabalhadores e um ambiente favorável para desenvolvimento de negócios. A comissão seguiu atuando para garantir que as políticas públicas em pauta fossem equilibradas, focadas na inclusão e no desenvolvimento sustentável.

Nosso compromisso, enquanto comissão, é trabalhar para a construção de um país mais justo e com melhores condições e oportunidades para todos. Acredito que o empenho dos membros foi fundamental para conseguirmos dar um passo significativo em direção a esse objetivo. Sabemos que o caminho não é fácil, mas estamos aqui para trabalhar com seriedade e compromisso, sempre buscando o melhor para o povo brasileiro.

Agradeço também a todos os servidores e colaboradores da comissão pelo esforço incansável e pelo trabalho dedicado. E aos cidadãos que, através de suas vozes, ajudam a direcionar o nosso trabalho. Sigamos juntos, com a mesma dedicação e compromisso, na construção do futuro do Brasil.

Lucas Ramos (PSB/PE)
Presidente



Foto: Chico Ferreira

Presidente e Vice-Presidentes



LUCAS RAMOS
(PSB/PE)
Presidente



LÉO PRATES
(PDT/BA)
1º Vice-Presidente



**ALEXANDRE
LINDENMEYER**
(PT/RS)
2º Vice-Presidente

Membros Titulares



**ALEXANDRE
LINDENMEYER
(PT-RS)**



**ALFREDINHO
(PT-SP)**



**ANDRÉ
FIGUEIREDO
(PDT-CE)**



**BOHN GASS
(PT-RS)**



**DANIEL ALMEIDA
(PCdoB-BA)**



**GERVÁSIO MAIA
(PSB-PE)**



**LÉO PRATES
(PDT/BA)**



**LEONARDO
MONTEIRO
(PT-MG)**



**LUCAS RAMOS
(PSB/PE)**



**LUIZ CARLOS
MOTTA
(PL-SP)**



**TÚLIO GADÊLHA
(PDT-PE)**



**VICENTINHO
(PT-SP)**

Membros Suplentes



ABILIO BRUNINI
(PL-MT)



AIRTON FALEIRO
(PT-PA)



ALEX SANTANA
(REPUBLICANOS-BA)



ALICE PORTUGAL
(PCdoB-BA)



ANY ORTIZ
(CIDADANIA-RS)



CABO GILBERTO SILVA
(PL-PB)



CAPITÃO ALBERTO NETO
(PL-AM)



CARLOS VERAS
(PT-PE)



CLODOALDO MAGALHÃES
(PV-PE)



CORONEL MEIRA
(PL-PE)



DUARTE JR.
(PSB-MA)



ÉRIKA KOKAY
(PT-DF)



EVAIR VIEIRA DE MELO
(PP-ES)



FERNANDA PESSOA
(UNIÃO-CE)



FLÁVIA MORAIS
(PDT-GO)



LUIZ GASTÃO
(PSD-CE)



MARCELO QUEIROZ
(PP-RJ)



OSSESSIO SILVA
(REPUBLICANOS-RJ)



PAULINHO DA FORÇA
(SOLIDARIEDADE-SP)



PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
(PSOL-SP)



RAFAEL BRITO
(MDB-AL)



RAFAEL SIMÕES
(UNIÃO-MG)



REIMONT
(PT-RJ)



SANDERSON
(PL-RS)



VERMELHO
(PL-PR)



VINÍCIUS CARVALHO
(REPUBLICANOS-SP)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
<u>PL 5156/2013</u>	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de audiodescritor.	Erika Kokay (PT-DF)
<u>PL 10225/2018</u>	Facilita e efetiva o direito ao arrendamento da empresa a sociedades constituídas por empregados do próprio devedor, na hipótese de decretação de falência.	Erika Kokay (PT-DF)
<u>PL 3008/2020</u>	Inclui empreendimentos de economia solidária no rol de beneficiários dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e estabelece que as operações de financiamento à inovação, à digitalização e a empreendimentos da economia solidária poderão ser remuneradas pela Taxa Referencial (TR).	Carlos Veras (PT-PE)
<u>PL 618/2022</u>	Dispõe sobre o exercício da profissão de Podólogo e dá outras providências.	Flávia Morais (PDT-GO)
<u>PL 4774/2023</u>	Dispõe sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER, e dá outras providências.	Luiz Gastão (PSD/CE)
<u>PL 1731/2021</u> Apensado ao PL <u>988/2015</u>	Estabelece o piso salarial nacional dos profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.	Duarte Jr. (PSB-MA)
<u>PLP 245/2019</u> Apensado ao <u>PLP 42/2023</u>	Regulamenta o inciso II do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.	Geovania de Sá (PSDB-SC)
<u>PLP 174/2023</u> Apensado ao <u>PLP 42/2023</u>	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.	Geovania de Sá (PSDB-SC)
<u>PLP 231/2023</u> Apensado ao <u>PLP 42/2023</u>	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos casos de atividades exercidas sob condições especiais.	Geovania de Sá (PSDB-SC)
<u>PLP 42/2023</u>	Dispõe sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, nos casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde, e dá outras providências.	Geovania de Sá (PSDB-SC)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PDL 323/2023	Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014.	Flávia Moraes (PDT-GO)
PL 2532/2022 Apensado ao PL 7006/2013	Institui o piso salarial nacional de valorização do Profissional de Educação Física.	André Figueiredo (PDT-CE)
PL 7006/2013	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho para disciplinar normas especiais aos Profissionais da Educação Física.	André Figueiredo (PDT-CE)
PL 618/2015 Apensado ao PL 7006/2013	Disciplina sobre normas especiais aos Profissionais da Educação Física.	André Figueiredo (PDT-CE)
PL 9384/2017 Apensado ao PL 10018/2018	Institui reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 3414/2019 Apensado ao PL 10018/2018	Concede incentivo fiscal no imposto de renda a empresas que contratem mulheres que sofreram agressão.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 4264/2019 Apensado ao PL 10018/2018	Dispõe sobre o acesso prioritário para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar nas ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional implementadas pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 4531/2019 Apensado ao PL 10018/2018	Cria o selo "Mulheres Acolhidas" como forma de certificação oficial às pessoas jurídicas que contratarem mulheres vítimas de violência doméstica ou em situação de vulnerabilidade social.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 5548/2019 Apensado ao PL 10018/2018	Estabelece reserva de vagas para mulheres submetidas a situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 6115/2019 Apensado ao PL 10018/2018	Promove a capacitação profissional de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 4363/2020 Apensado ao PL 10018/2018	Cria o selo Empresa Pela Mulher, destinado a estimular boas práticas empresarias para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como a fomentar liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 323/2021 Apensado ao PL 10018/2018	Prioriza a inclusão da mulher vítima de violência doméstica nos programas de geração de emprego e renda gerenciados e/ou financiados pelo Governo Federal e dá outras providências.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 324/2021 Apensado ao PL 10018/2018	Autoriza o Poder executivo Federal a criar o Banco de Emprego para as mulheres vítimas de Violência Doméstica e familiar - BANVIDA e dá outras providências.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 541/2021 Apensado ao PL 10018/2018	Determina que mulheres em situação de vulnerabilidade social terão prioridade nas iniciativas de qualificação profissional.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 633/2021 Apensado ao PL 10018/2018	Institui o Banco de Empregos para as Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 1454/2021 Apensado ao PL 10018/2018	Reserva pelo menos 5% (cinco por cento) dos postos de trabalho nos contratos de serviços de execução por terceiros, para mulheres vítimas de violência doméstica, dependentes economicamente de seus cônjuges ou companheiros.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 1740/2021 Apensado ao PL 10018/2018	Institui o Programa de Contratação de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Financeiramente Dependentes (PCMVF) que estabelece a concessão de incentivo fiscal no âmbito do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas às empresas tributadas com base no lucro real que contratarem mulheres nessas condições.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 1741/2021 Apensado ao PL 10018/2018	Institui o Programa de Contratação de Mulheres de Baixa Renda Chefes de Família (PCMF) e estabelece a concessão de incentivo fiscal no âmbito do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas às empresas tributadas com base no lucro real que contratarem mulheres nessas condições.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 2221/2021 Apensado ao PL 10018/2018	Cria o Programa "Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar" e dá outras providências.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 3515/2021 Apensado ao PL 10018/2018	Inclui a promoção de programas de capacitação entre as diretrizes da política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 3642/2021 Apensado ao PL 10018/2018	Dispõe sobre o acesso prioritário das mulheres vítimas de violência doméstica, em programas de qualificação profissional e emprego, geridos e/ou financiados pelo poder executivo.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)



Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 1176/2023 Apensado ao PL 10018/2018	Estabelece programa de incentivo à contratação de mulheres vítimas de violência doméstica	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 4230/2023 Apensado ao PL 10018/2018	Incentiva a geração de empregos e contratação de mulheres vítimas de violência doméstica.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 5573/2023 Apensado ao PL 10018/2018	Dispõe sobre a reserva de vagas de empregos às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços, em órgãos públicos e dá outras providências.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 658/2024 Apensado ao PL 10018/2018	Dispõe sobre a prioridade de mulheres vítimas de violência sexual, doméstica e familiar no processo seletivo do Sistema Nacional de Emprego – SINE, em todo o território nacional.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 10018/2018	Determina a reserva de vagas em cursos oferecidos pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem e pelo Sebrae às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 715/2023	Dispõe sobre a compatibilidade entre o contrato de trabalho por safra e a condição de titular de benefícios sociais.	Odair Cunha (PT-MG)
PL 2194/2019	Regulamenta o exercício da profissão de técnico de imobilizações ortopédicas.	Evair Vieira de Melo (PP-ES)
PL 1616/2023 Apensado ao PL 2194/2019	Regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Imobilizações Ortopédicas	Evair Vieira de Melo (PP-ES)
PL 2943/2023	Ajusta o número de Conselheiras e Conselheiros do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina.	Rafael Prudente (MDB-DF)
PL 2315/2023	Dispõe sobre a criação de Programa para a inserção profissional de mulheres na construção Civil e dá outras providências.	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE)
PLP 78/2020	Estende àquele que detiver a guarda de filho adotivo, no caso de morte da empregada adotante, a estabilidade prevista no art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Flávia Moraes (PDT-GO)
PL 2635/2020	Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.	Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 1853/2023	Dispõe sobre a insalubridade na atividade dos degustadores.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 1559/2021	Dispõe sobre o piso salarial do profissional Farmacêutico.	Airton Faleiro (PT-PA)
PL 2028/2021 Apensado ao PL 1559/2021	Dispõe sobre o salário profissional e a jornada de trabalho dos farmacêuticos.	Airton Faleiro (PT-PA)
PL 3502/2021 Apensado ao PL 1559/2021	Dispõe sobre o salário profissional do farmacêutico, do técnico em farmácia e do auxiliar em farmácia.	Airton Faleiro (PT-PA)
PL 799/2022 Apensado ao PL 1559/2021	Dispõe sobre o piso salarial do profissional farmacêutico.	Airton Faleiro (PT-PA)
PL 2590/2022	Dispõe sobre a caracterização de dano de natureza extrapatrimonial a ofensa, prejuízo ou redução de direitos e bens praticada por empregadores em razão da liberdade de consciência e opinião política dos empregados.	Alfredinho (PT-SP)
PL 3464/2023	Programa de Incentivo à Contratação de Pacientes Renais em Diálise e Transplantados.	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE)
PL 3752/2023	Permite que o empregado que tenha filho com deficiência possa fazer coincidir suas férias com as férias ou recessos escolares de seu filho.	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE)
PL 392/2024	Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicomotricidade, profissão instituída pela Lei n. 13.794, de 03 de janeiro de 2019, e dá outras providências.	Duarte Jr. (PSB-MA)
PL 4480/2012	Assegura às pessoas com deficiência, a reserva de vagas em programas de qualificação profissional.	Túlio Gadêlha (REDE-PE)
PL 6050/2016	Dispõe sobre a aplicação das normas de medicina e de segurança do trabalho aos trabalhadores em áreas externas.	Flávia Morais (PDT-GO)
PL 3253/2019	Regulamenta a profissão de agente de coleta de resíduos, de limpeza e de conservação de áreas públicas.	André Figueiredo (PDT-CE)
PL 4146/2020	Regulamenta a profissão de Trabalhador essencial de limpeza urbana.	André Figueiredo (PDT-CE)
PL 2019/2022	Regulamenta a profissão de agente de coleta, limpeza e conservação das vias públicas.	André Figueiredo (PDT-CE)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 5823/2023	Dispõe sobre o combate ao tráfico internacional e interno de pessoas.	Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)
PL 3557/2023	Dispõe sobre a criação do espaço do ciclista, nas dependências das empresas, com infraestrutura física e operacional de apoio ao trabalhador que utiliza bicicleta como meio de transporte ao trabalho.	Duarte Jr. (PSB-MA)
PL 509/2024	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para incluir inciso que permite ao trabalhador requerer a emissão física da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em casos excepcionais.	Duarte Jr. (PSB-MA)
PL 687/2024	Regula as condições de trabalho de homens que foram diagnosticados, estão em tratamento ou em período de aguardo de remissão do câncer de próstata e institui o Selo Azul.	Coronel Meira (PL-PE)
PL 2457/2019	Veda a demissão injustificada de trabalhadores temporários ou terceirizados, contratados por entes públicos, trinta dias antes e cento e oitenta dias depois das eleições.	Flávia Moraes (PDT-GO)
PL 4522/2019	Acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre os Direitos das Empregadas Domésticas", a ser celebrada anualmente na semana do dia 27 de abril.	Carlos Veras (PT-PE)
PL 1802/2022	Cria os Conselhos Federal e Regionais de Física, e dá outras providências.	Lucas Ramos (PSB-PE)
PL 1597/2023	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual	Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE)
PL 4721/2023	Altera a redação da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que "estatui normas reguladoras do trabalho rural" para dispor sobre a "troca de dias".	Evair Vieira de Melo (PP-ES)
PL 5049/2023	Institui o selo "Selo Amarelo da Luta contra a Endometriose", com a finalidade de identificar sociedades empresárias que adotem práticas voltadas à inclusão profissional de pessoa com endometriose severa ou incapacitante ou de seus pais, cônjuge ou responsável legal, conforme o caso.	Flávia Moraes (PDT-GO)
PL 239/2011	Garante seguro de vida aos jornalistas profissionais.	Duarte Jr. (PSB-MA)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 332/2011 Apensado ao PL 239/2011	Garante seguro de vida aos jornalistas profissionais.	Duarte Jr. (PSB-MA)
PL 6689/2013	Fixa o salário mínimo profissional do advogado privado.	Flávia Moraes (PDT-GO)
PL 4306/2019	Altera o Estatuto da Juventude, para dispor sobre a Central do Jovem Trabalhador Inovador.	Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE)
PL 6492/2019	Regulamenta as profissões de Tecnólogo em Apicultura e Meliponicultura e a de Especialista em Apicultura e Meliponicultura.	Luiz Gastão (PSD-CE)
PL 283/2021	Regulamenta a profissão do trabalhador manual em todo território nacional e dá outras providências.	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE)
PL 152/2022	Garante o reconhecimento e representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras, artistas e técnicos.	Vicentinho (PT-SP)
PL 117/2023	Institui regras para as empresas que contratarem show artístico ou apresentação com pagamento por couvert artístico.	Alfredinho (PT-SP)
PL 1476/2023	Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de salva-vidas ou guarda-vidas.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 2083/2023 Apensado ao PL 1476/2023	Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de salva-vidas ou guarda-vidas.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 2131/2023 Apensado ao PL 1476/2023	Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de salva-vidas ou guarda-vidas.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 1663/2023	Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE)
PL 3263/2023	Estatui normas reguladoras do trabalho rural.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 5227/2023	Dispõe sobre a criação do Selo "Indústria Amiga da Justiça Social".	Duarte Jr. (PSB-MA)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 927/2024	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de criminólogo.	Luiz Gastão (PSD-CE)
PL 1408/2024	Confere ao Município de Potengi, na região do Cariri no Estado do Ceará, o título de “Capital dos Ferreiros”.	Carlos Veras (PT-PE)
PL 4923/2019	Dispõe sobre a prestação de serviços do trabalhador à administração pública ou às entidades sem fins lucrativos durante a percepção do benefício do seguro-desemprego.	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP)
PL 894/2021	Dispõe sobre a validade do registro profissional em todo o território nacional.	Leo Prates (PDT-BA)
PL 2260/2021	Dispõe sobre a validade nacional do registro emitido para o exercício de profissão regulamentada por lei.	Leo Prates (PDT-BA)
PL 5636/2023	Altera a legislação trabalhista e previdenciária para dispor sobre a concessão de plano de custeio de serviços veterinários pelo empregador.	Alfredinho (PT-SP)
PL 4697/2012	Dispõe sobre reserva de vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino nos contratos e convênios de estágio.	Rafael Brito (MDB-AL)
PL 963/2015 Apensado ao PL 4697/2012	Dispõe sobre a prioridade de alunos de instituições de ensino superior públicas na realização de estágio em obras públicas.	Rafael Brito (MDB-AL)
PL 6747/2016 Apensado ao PL 4697/2012	Obriga os órgãos públicos a realizarem convênios de estágios para estudantes.	Rafael Brito (MDB-AL)
PL 8693/2017 Apensado ao PL 4697/2012	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal.	Rafael Brito (MDB-AL)
PL 11243/2018 Apensado ao PL 4697/2012	Dispõe do incentivo para ampliação de estágios para estudantes.	Rafael Brito (MDB-AL)
PL 3995/2019 Apensado ao PL 4697/2012	Dispõe sobre o preenchimento de vagas de estágio oferecidas pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.	Rafael Brito (MDB-AL)
PL 4081/2019 Apensado ao PL 4697/2012	Dispõe sobre os estágios nos órgãos públicos.	Rafael Brito (MDB-AL)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 6506/2019 Apensado ao PL 4697/2012	Dispõe sobre a ampliação da contratação de estagiários em órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de Poder da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Rafael Brito (MDB-AL)
PL 289/2020 Apensado ao PL 4697/2012	Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratar prioritariamente, graduando de Universidades Públicas para Estágio em órgãos públicos da União, Estados e Municípios	Rafael Brito (MDB-AL)
PL 1807/2020 Apensado ao PL 4697/2012	Torna obrigatória a contratação de estagiários proporcional ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio.	Rafael Brito (MDB-AL)
PL 1827/2019	Dispõe sobre o piso salarial do assistente social.	Erika Kokay (PT-DF)
PL 4442/2021 Apensado ao PL 1827/2019	Dispõe sobre o piso salarial do assistente social.	Erika Kokay (PT-DF)
PL 2466/2022 Apensado ao PL 1827/2019	Dispõe sobre o piso salarial do assistente social.	Erika Kokay (PT-DF)
PL 41/2021 Apensado ao PL 1827/2019	Dispõe sobre o piso salarial do assistente social.	Erika Kokay (PT-DF)
PL 2717/2019	Dispõe sobre o reconhecimento da Saúde Estética como área de atuação do profissional de Biologia, Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Fonoaudiologia.	Evair Vieira de Melo (PP-ES)
PL 3946/2021	Dispõe sobre o exercício da profissão de doula.	Flávia Morais (PDT-GO)
PL 4463/2021	Institui o Escritório Contábil Parceiro e dispõe sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Contador, Técnico em Contabilidade e pessoas jurídicas, devidamente registradas em Conselho Regional de Contabilidade.	Flávia Morais (PDT-GO)
PL 736/2023 Apensado ao PL 4463/2021	Institui o contrato de parceria entre escritórios e profissionais parceiros e que exercem as atividades de contabilidade devidamente registradas em Conselho Regional de Contabilidade e dá outras providências.	Flávia Morais (PDT-GO)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 2907/2022	Cria o Programa de Incentivo de Retorno ao Mercado de Trabalho.	Duarte Jr. (PSB-MA)
PL 386/2023	Prorroga o prazo de licença-maternidade em até 120 dias e amplia o prazo de recebimento do salário-maternidade.	Sanderson (PL-RS)
PL 3570/2019	Dispõe sobre o exercício da atividade de mergulhador profissional.	Marcelo Queiroz (PP-RJ)
PL 1655/2021 Apensado ao PL 3570/2019	Dispõe sobre a regulamentação e o exercício das profissões de mergulhador profissional e de supervisor de mergulho e dá outras providências.	Marcelo Queiroz (PP-RJ)
PL 4454/2020	Dispõe sobre o documento de identidade profissional do Técnico de Segurança do Trabalho.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 551/2023	Dispõe sobre a obrigatoriedade de submeter à Avaliação Psicológica, por meio de Psicodiagnóstico, todos os graduandos dos cursos de medicina, enfermagem e psicologia, integrando, assim, as atividades que avaliam as condições necessárias à obtenção dos respectivos diplomas para o exercício profissional. Dispõe ainda da obrigatoriedade da avaliação da Condição de Saúde Mental como integrante dos exames admissionais e periódicos, de todo profissional de saúde, níveis médio e superior, em instituição pública ou privada.	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE)
PL 4755/2023	Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de programas de prevenção ao suicídio e à automutilação pelos Conselhos de Classe para os seus membros e profissionais e sobre a divulgação de dados acerca dos casos ocorridos.	Duarte Jr. (PSB-MA)
PL 2979/2024	Regulamenta o exercício da atividade de instrutor de trânsito.	Lucas Ramos (PSB-PE)
PL 7832/2014	Altera a Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório, para ampliar o âmbito material, temporal e pessoal da anistia.	Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)
PL 2885/2015	Assegura o acesso, independente da cobrança de qualquer valor, de educadores físicos a estabelecimentos de prática de exercício físico para acompanhar seus alunos.	Luiz Gastão (PSD/CE)

Projetos Apreciados



Número	Assunto	Relator
PL 7492/2017 Apensado ao PL 2885/2015	Dispõe sobre o acesso do profissional de educação física a academias de ginástica ou estabelecimentos similares para acompanhamento e orientação de aluno regularmente matriculado, bem como a nulidade de cláusulas contratuais que imponham pagamento de contraprestação para o exercício da atividade.	Luiz Gastão (PSD/CE)
PL 10297/2018 Apensado ao PL 2885/2015	Veda a cobrança em academias de ginástica e similares de valores adicionais de clientes/beneficiários ou profissionais de educação física autônomos (personal trainers), nas hipóteses que especifica.	Luiz Gastão (PSD/CE)
PL 2488/2019 Apensado ao PL 2885/2015	Assegura o acesso dos profissionais de educação física autônomo (personal trainer) às academias de ginásticas e similares para o acompanhamento de seus clientes/beneficiários.	Luiz Gastão (PSD/CE)
PL 2664/2019 Apensado ao PL 2885/2015	Assegura acesso livre e sem taxas de Profissionais de Educação Físicas às dependências de quaisquer academias ginásticas e estabelecimentos do gênero.	Luiz Gastão (PSD/CE)
PL 1420/2024 Apensado ao PL 2885/2015	Assegura ao personal trainer livre acesso, sem cobrança de taxas extras, às academias durante os horários reservados para atender seus alunos.	Luiz Gastão (PSD/CE)
PL 2397/2024 Apensado ao PL 2885/2015	Permite o acesso do profissional de educação física às academias de ginástica, clubes e estabelecimentos similares sem custo adicional.	Luiz Gastão (PSD/CE)
PL 1410/2019	Dispõe sobre o exercício da profissão de Internacionalista dá outras providências.	Alfredinho (PT-SP)
PL 3536/2020 Apensado ao PL 1410/2019	Regulamenta o exercício das atividades do internacionalista e dá outras providências.	Alfredinho (PT-SP)
PL 4911/2023	Regulamenta a Profissão de Alpinismo Industrial e dá outras providências.	Leo Prates (PDT-BA)
PL 1181/2024 Apensado ao PL 4911/2023	Disciplina o exercício da profissão de Alpinista Industrial, doravante igualmente referido como Trabalhador de Acesso por Cordas, estabelecendo requisitos para a formação, certificação e atuação dos profissionais, define o piso salarial e adicionais de remuneração por condições especiais de trabalho, e estipula normas para a segurança e saúde no trabalho.	Leo Prates (PDT-BA)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 3380/2019	Ratifica as entidades religiosas como beneficiárias da redução do valor do depósito recursal interposto no âmbito da justiça do trabalho.	Ossesio Silva (REPUBLICANOS-PE)
PL 1883/2024	Institui a Política Nacional de Resiliência Psicossocial em resposta a desastres ambientais, dispondo de orientações sobre a prevenção, promoção e pós-venção em saúde mental.	Lucas Ramos (PSB-PE)
PL 1922/2024 Apensado ao PL 1883/2024	Institui o Protocolo para Atendimento e Cuidado à Saúde Mental de Pessoas Atingidas por Desastres Ambientais, Climáticos ou Tecnológicos.	Lucas Ramos (PSB-PE)
PL 2558/2024	Permite ao empregado ausentar-se de seu posto de trabalho, sem prejuízo de seu salário, para o acompanhamento de cônjuge ou companheiro (a), quando do diagnóstico e na fase do tratamento do câncer, nos dias de sessões de quimioterapia e radioterapia, devidamente comprovado.	Rafael Brito (MDB-AL)
PL 988/2015	Dispõe sobre o piso salarial dos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.	Túlio Gadêlha (REDE-PE)
PL 7827/2017 Apensado ao PL 988/2015	Dispõe sobre o piso salarial dos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.	Túlio Gadêlha (REDE-PE)
PL 10509/2018 Apensado ao PL 988/2015	Dispõe sobre o piso salarial dos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.	Túlio Gadêlha (REDE-PE)
PL 2078/2019 Apensado ao PL 988/2015	Dispõe sobre o piso salarial dos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.	Túlio Gadêlha (REDE-PE)
PL 1825/2021 Apensado ao PL 988/2015	Dispõe sobre o piso salarial dos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.	Túlio Gadêlha (REDE-PE)
PL 1713/2023 Apensado ao PL 988/2015	Dispõe sobre o piso salarial dos profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.	Túlio Gadêlha (REDE-PE)

Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
PL 3081/2022	Desregulamenta profissões e atividades que não ofereçam risco à segurança, à saúde, à ordem pública, à incolumidade individual e patrimonial.	Rogério Correia (PT-MG)
PL 320/2022	Dispõe sobre a proibição de prestação de serviços a terceiros, nos hospitais públicos e filantrópicos, nos casos que especifica.	Cezinha de Madureira (PSD-SP)
PL 791/2011	Define validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.	Erika Kokay (PT-DF)
PL 3028/2011 Apensado ao PL 791/2011	Define validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.	Erika Kokay (PT-DF)
PL 11161/2018 Apensado ao PL 791/2011	Atribui aos conselhos de fiscalização do exercício profissional a prerrogativa de avaliar a compatibilidade entre o conteúdo programático de cursos de pós-graduação e as profissões por eles abrangidas, bem como para apurar a respectiva qualidade.	Erika Kokay (PT-DF)
PL 4085/2020	Extingue o Fundo do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Fundo PIS-Pasep) e transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 1657/2021 Apensado ao PL 4085/2020	Dispõe sobre Dívida Ativa da União e utilização do FGTS para amortizar as pendências durante a pandemia.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
PL 8363/2017	Dispõe sobre o exercício profissional da atividade de Doula e dá outras providências.	Flávia Moraes (PDT-GO)



Clique no número do projeto para acessar a ficha de tramitação

Requerimentos Apreciados

Número	Assunto	Autor
1/2024	Requer de audiência pública em memória às vítimas de doenças e acidentes relacionados ao trabalho (ABRIL VERDE) e para debater a importância da prevenção e necessidade de promover o meio ambiente do trabalho digno, sustentável, seguro e saudável.	Bohn Gass (PT-RS)
2/2024	Requer autorização para utilizar parte da previsão orçamentária mensal destinada a esta Comissão, para cobrir despesas com mesas redondas ou eventos afins, destinados à discussão de assuntos atinentes ao campo temático ou área de atuação desta Comissão.	Lucas Ramos (PSB-PE)
3/2024	Requer a realização de audiência pública para discutir o PLP 12/2024, que dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros.	Capitão Alberto Neto (PL-AM)
4/2024	Requer seja convocado o Ministro de Estado do Trabalho, Senhor Luiz Marinho, para prestar esclarecimentos a respeito do PLP 12/2024, que dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros e sobre os impactos para os motoristas.	Capitão Alberto Neto (PL-AM)
5/2024	Requer a realização de audiência pública para discutir o fim do saque-aniversário do FGTS proposto pelo Governo Federal.	Capitão Alberto Neto (PL-AM)
6/2024	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater sobre os impactos econômicos e sociais com o possível fechamento da Rede Carrefour.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
7/2024	Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "Formação e capacitação de mão de obra para transição energética".	Gervásio Maia (PSB-PB)
9/2024	Requer a realização de audiência pública para discutir uma proposta de um projeto de lei destinado a assegurar os direitos trabalhistas de brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, bem como abordar as imunidades conferidas às embaixadas, consulados e organizações internacionais em questões trabalhistas.	Erika Kokay (PT-DF)
10/2024	Requer a realização de audiência pública, no formato híbrido, com o intuito de discutir a regulamentação da profissão de breaking, bem como abordar a inclusão deste movimento cultural na Lei Pelé.	Erika Kokay (PT-DF)

Requerimentos Apreciados

Número	Assunto	Autor
11/2024	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 3320/2023, que acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a jornada de trabalho dos empregados de indústrias de abate, fabricação e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano.	Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)
12/2024	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 4216/2023, que Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para estabelecer a responsabilidade solidária do contratante em caso de ocorrência de trabalho análogo de escravidão.	Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)
13/2024	Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 7936, de 2017, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Organizadores e Gestores de Eventos e correlatos e dá outras providências.	Erika Kokay (PT-DF)
14/2024	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 4216/2023, que Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para estabelecer a responsabilidade solidária do contratante em caso de ocorrência de trabalho análogo de escravidão.	Leonardo Monteiro (PT-MG)
15/2024	Requer a realização de Audiência Pública para debater a Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho.	Erika Kokay (PT-DF)
16/2024	Requer audiência pública para debater o PL 3.263/2023 que trata sobre regulamentação das distâncias mínimas das plantações e dos depósitos de defensivos agrícolas armazenados ou aplicados em relação às moradias ou alojamentos cedidos aos empregados.	Túlio Gadêlha (Rede-PE)
18/2024	Requer a realização de audiência pública destinada ao debate sobre o PL 3.423, de 2023, que "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a contribuição voluntária das empresas que façam uso de inteligência artificial para o Fundo de Amparo ao Trabalhador e a concessão do selo Empresa Amiga do Emprego".	Carlos Veras (PT-PE)
19/2024	Requer a realização de audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 450/2015 e do Projeto de Lei Complementar nº 136/2021, ambos relativos à instituição do Simples Trabalhista.	Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)
20/2024	Requer audiência pública na Comissão de Trabalho (CTRAB) para tratar do PL 84/2015, de autoria da Deputada Maria do Rosário e do Deputado Chico D'Angelo.	Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)

Requerimentos Apreciados

Número	Assunto	Autor
21/2024	Requer o aditamento do Requerimento nº 015/2024 - CTRAB para inclusão dos (as) convidados (as) da Audiência Pública para debater a Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho.	Erika Kokay (PT-DF)
22/2024	Requer aditamento ao REQ.013/2024, para que seja incluído ao rol de convidados (as) representante do Ministério do Estado da Cultura.	Erika Kokay (PT-DF)
23/2024	Requer realização de audiência pública na Comissão de Trabalho (CTRAB) para discussão do Projeto de Lei nº 2.635/2020.	Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)
24/2024	Requer audiência pública para discussão sobre o nível de fadiga dos trabalhadores no transporte aéreo nacional, com foco nas disposições do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 117 (RBAC 117).	Alfredinho (PT-SP)
25/2024	Requer aditamento ao Requerimento nº 11/2024, aprovado no dia vinte de março de 2024, a fim de incluir convidado para a Audiência Pública destinada a debater sobre o Projeto de Lei nº 3.320/2023, que acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a jornada de trabalho dos empregados de indústrias de abate, fabricação e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano.	Capitão Alberto Neto (PL-AM)
26/2024	Requer a inclusão de convidado na audiência pública para discutir o PLP 84/2015 (REQ 20/2024), que altera disposições das Leis Complementares 108 e 109, de 29 de maio de 2001, sobre o Regime de Previdência Complementar.	Capitão Alberto Neto (PL-AM)
27/2024	Requer realização de audiência pública para debater os impactos das enchentes sobre as relações trabalhistas e empresariais no Espírito Santo no corrente ano.	Evair Vieira de Melo (PP-ES)
29/2024	Requer à Comissão de Trabalho aprovação de MOÇÃO DE APOIO ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE.	Evair Vieira de Melo (PP-ES)
30/2024	Requer a realização de Audiência Pública para debater a respeito da implantação de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias (SNFS) no Brasil, tema que constitui um dos eixos da Economia Solidária.	Carlos Veras (PT-PE)

Requerimentos Apreciados

Número	Assunto	Autor
31/2024	Requer, nos termos no art. 24, XIII, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do IV Seminário Trabalhista do Transporte Rodoviário de Cargas, para discutir questões referentes ao Transporte Rodoviário de Cargas no Brasil.	Luiz Gastão (PSD-CE)
32/2024	Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: como garantir trabalho digno para adolescentes egressos e em medida socioeducativa.	Alfredinho (PT-SP)
33/2024	Requer seja convidada a Excelentíssima Ministra das Mulheres para Debater a Política de Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens.	Bohn Gass (PT-RS)
34/2024	Requer aditamento ao REQ.013/2024, para que seja incluído ao rol de convidados (as) representantes das entidades de organizadores e gestores de eventos do Distrito Federal.	Erika Kokay (PT-DF)
35/2024	Requer a realização de Reunião Técnica, no âmbito da Subcomissão Permanente -Trabalho por Aplicativos e por Plataformas Digitais - para conhecer as percepções e informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relacionados à regulamentação do trabalho por aplicativos.	Vicentinho (PT-SP)
36/2024	Requer realização de Seminário para debater o contexto político e legislativo dos Trabalhadores por Plataforma (Aplicativos), na Câmara Municipal de Salvador.	Flávia Moraes (PDT-GO)
37/2024	Nos termos regimentais, ouvido o plenário, requeiro a realização, durante o mês de maio, de eventos alusivos ao Dia Internacional do Trabalho. A intenção é que a Comissão possa homenagear o dia 1º de maio, dia do Trabalhador, ressaltando o valor e a importância do trabalhador, buscando formas de sua valorização e mais conhecimentos sobre os desafios que a sociedade tem para construir postos de trabalho com condições dignas, salários melhores, jornadas adequadas e outros direitos para ele.	Lucas Ramos (PSB-PE)
38/2024	Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, acerca das complicações decorrentes da Portaria MTE nº 3.872, de 21 de dezembro de 2023.	Evair Vieira de Melo (PP-ES)
39/2024	Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater o Projeto de Lei 3361 de 2012.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)

Requerimentos Apreciados

Número	Assunto	Autor
40/2024	Requer Moção Honrosa ao Conselho Nacional da Segurança Privada - CONASEP pela Utilidade Pública prestada aos Integrantes da Segurança Privada e Bombeiros Civis do Brasil.	Alfredinho (PT-SP)
41/2024	Requer a realização de Audiência Pública para Discutir a Situação do Setor Gráfico no Brasil.	Vicentinho (PT-SP)
43/2024	Requer a criação de Grupo de Trabalho no âmbito desta Comissão para analisar o PL7936/2017, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Organizadores e Gestores de Eventos e correlatos e dá outras providências.	Erika Kokay (PT-DF)
44/2024	Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde, com objetivo de discutir sobre as consequências da tragédia climática, ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul, para a saúde mental de profissionais e voluntários que atuam na linha de frente do trabalho de atendimento à população na região atingida.	Geovania de Sá (PSDB-SC)
45/2024	Requer a realização de Audiência Pública para Tratar das Condições de Trabalho dos Bancários.	Vicentinho (PT-SP)
46/2024	Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: Defesa da Competência Constitucional da Justiça do Trabalho.	Rogério Correia (PT-MG)
47/2024	Solicita realização de Audiência Pública para debater o caso recente envolvendo a IBM, empresa de tecnologia de renome internacional, e a alegação de discriminação na seleção de emprego contra trabalhadores de Minas Gerais.	Rogério Correia (PT-MG)
48/2024	Requer a realização de Audiência Pública para debater a importância da profissão de psicomotricidade e necessidade de criação dos conselhos federais e regionais	Duarte Jr. (PSB-MA)
49/2024	Requer a realização de Seminário para discutir o contexto político e legislativo dos Trabalhadores por Plataforma (Aplicativos), na Câmara Municipal de Manaus.	Capitão Alberto Neto (PL-AM)
50/2024	Requer a realização de audiência pública para discutir a grave situação da categoria farmacêutica, que se encontra sem Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) desde o ano de 2017 e em situação precária de trabalho.	Erika Kokay (PT-DF)
51/2024	Requer a aprovação de SEMINÁRIO a ser realizado na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, para exposição e discussão do tema "combate ao trabalho infantil".	Túlio Gadêlha (Rede-PE)

Requerimentos Apreciados

Número	Assunto	Autor
52/2024	Requer a realização de Audiência Pública para debater a importância do incentivo ao trabalho voluntário, de forma temporária ou perene, em situações de calamidades e desastres naturais, como o que acontece no Rio Grande do Sul ou em outras situações que exijam apoio, assim como o proposto no PL nº 3.044, de 2021, que altera a Lei nº 9394, de 1996 e a Lei nº 9608, de 1998.	Túlio Gadêlha (Rede-PE)
53/2024	Requer a esta Comissão que aprove a realização de Seminário sobre Empregabilidade na era digital: o papel dos criadores de conteúdo.	Duarte Jr. (PSB-MA)
54/2024	Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema "O Futuro do Trabalho".	Luiz Gastão (PSD-CE)
55/2024	Requer a realização de reunião, no âmbito desta Comissão, para apresentar e debater o documentário intitulado "A Luta Continua", que retrata os 35 anos de história do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF).	Erika Kokay (PT-DF)
56/2024	Requer realização de audiência pública conjunta nas Comissões de Trabalho, Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e de Defesa dos Direitos da Mulher para discutir a implementação do Decreto Nº 11.843, de 21 de dezembro de 2023, que "Regulamenta a assistência à pessoa egressa de que tratam os art. 10, art. 11, art. 25, art. 26 e art. 27 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional" especialmente no que diz respeito à situação das mulheres egressas no âmbito desta política.	Airton Faleiro (PT-PA)
57/2024	Requer a realização de audiência pública para discutir o impacto da privatização na cobertura de saúde dos (as) empregados (as) da Eletrobrás.	Erika Kokay (PT-DF)
58/2024	Requer o aditamento do Requerimento nº 24/2024 para inclusão de convidado na Audiência Pública destinada à discussão sobre o nível de fadiga dos trabalhadores no transporte aéreo nacional, com foco nas disposições do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 117 (RBAC 117).	Gervásio Maia (PSB-PB)
59/2024	Requer a realização de audiência pública para debater a respeito do PL n. 1319/2024, que "Altera a Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022, a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, a Lei 9.537, de 11 de dezembro de 1997, e dá outras providências".	Carlos Veras (PT-PE)

Requerimentos Apreciados

Número	Assunto	Autor
60/2024	Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Cultura, para debater a necessidade de regulamentação do uso de Inteligência Artificial no setor cultural da dublagem.	Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP)
61/2024	Requer a realização de Reunião da Comissão de Trabalho na cidade de Fortaleza/CE para discutir a ampliação e a geração de empregos nos países menos desenvolvidos.	Luiz Gastão (PSD-CE)
62/2024	Requer o aditamento ao REQ nº 60/2024 – CTRAB, para a inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Coronel Meira (PL-PE)
63/2024	Requer a realização de audiência pública para discutir os casos de assédio no Conselho Federal de Técnicos Industriais.	Erika Kokay (PT-DF)
64/2024	Requer moção de louvor em apoio a mobilização da categoria profissional dos dubladores pela regulamentação do uso de Inteligência Artificial neste setor cultural.	Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP)
65/2024	Requer a realização de debate público, no Rio de Janeiro, para discutir o funcionamento do sistema financeiro e seus impactos nas relações de trabalho da categoria bancária e no atendimento a clientes e usuários, com reflexo em toda população.	Reimont (PT-RJ)
66/2024	Requer a realização de debate público, no Rio de Janeiro, para discutir o imenso e diversificado mercado de trabalho que o Carnaval do Rio de Janeiro representa, a partir de questões como as condições oferecidas, possibilidades de expansão, perspectivas para os próximos anos.	Reimont (PT-RJ)
67/2024	Requer a realização de audiência pública para discutir o fechamento de agências da Caixa Econômica Federal e seu impacto no mundo do trabalho	Erika Kokay (PT-DF)
68/2024	Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de seminário, em conjunto com a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, para debater o "Empreendedorismo Digital e o Futuro do Trabalho".	Lucas Ramos (PSB-PE)
69/2024	Requer a realização de audiência pública para debater a importância dos profissionais de educação física nas escolas.	Marcelo Queiroz (PP-RJ)
70/2024	Solicita realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 2.724/22, que dispõe sobre o regime dos planos de outorga de opção de compra de participação societária Marco Legal das Stock Options.	Capitão Alberto Neto (PL-AM)

Requerimentos Apreciados

Número	Assunto	Autor
71/2024	Requer a realização de audiência pública para debater os impactos da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) após sete anos de sua vigência.	Bohn Gass (PT-RS)
72/2024	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir as consequências do trabalho em plataformas de entrega de alimentos para a saúde do trabalhador e da trabalhadora de aplicativo.	Erika Kokay (PT-DF)
73/2024	Requer a realização de Audiência Pública para debater a instituição do Dia Nacional do Frentista.	Daniel Almeida (PCdoB-BA)
74/2024	Requer a realização de Audiência Pública para debater o resultado do 2º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios.	Erika Kokay (PT-DF)
75/2024	Requer, nos termos no art. 24, III, VII, combinado com o art. 32, XVIII, j e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com a presença do Diretor Geral da Meta no Brasil, com o objetivo de discutir os motivos dos recentes bloqueios e restrições impostos a diversos perfis católicos, bem como os impactos dessas ações no trabalho realizado no ambiente virtual.	Luiz Gastão (PSD-CE)
78/2024	Nos termos regimentais, requeiro o aditamento ao Requerimento nº 54/2024, que trata da realização de Seminário no âmbito desta Comissão para debater o tema "O Futuro do Trabalho", com a inclusão dos seguintes convidados:	Lucas Ramos (PSB-PE)
79/2024	Requer a realização de seminário no âmbito da Comissão de Trabalho para debater o tema: "Bem-estar do Trabalhador no Ambiente Virtual - Desafios e Oportunidades".	Lucas Ramos (PSB-PE)
80/2024	Requer aditamento ao REQ.072/2024, para inclusão de convidados na audiência pública que debaterá as consequências do trabalho em plataformas de entrega de alimentos para a saúde do trabalhador e da trabalhadora de aplicativo.	Erika Kokay (PT-DF)
81/2024	Requer a realização de audiência pública conjunta na CTRAB e CASP destinada ao debate sobre a Lei dos Portos.	Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)
85/2024	Requer a realização de Audiência Pública para debater o fim da jornada de trabalho 6x1, as alternativas, os impactos sociais e o papel do Parlamento diante dos desafios na implementação de um novo modelo de jornada.	Túlio Gadêlha (Rede-PE)

Requerimentos Apreciados

Número	Assunto	Autor
86/2024	Requer a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei nº 353, de 2011, que dispõe sobre as atividades dos caixas de supermercado.	Evair Vieira de Melo (PP-ES)
87/2024	Requer a realização de seminários nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo para debater a Proposta de Emenda à Constituição que pretende o fim da escala de trabalho 6x1.	Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)
88/2024	Requer a realização de audiência pública destinada a debater os impactos do plano de instituições bancárias em transferir trabalhadores vinculados ao seu CNPJ para suas subsidiárias.	Erika Kokay (PT-DF)
89/2024	Requer o aditamento ao REQ 86/2024 de Audiência Pública “destinada a debater o Projeto de Lei nº 353, de 2011, que dispõe sobre as atividades dos caixas de supermercado	Luiz Carlos Motta (PL-SP)
90/2024	Requer o aditamento ao REQ 85/2024 de Audiência Pública “debater o fim da jornada de trabalho 6x1, as alternativas, os impactos sociais e o papel do Parlamento diante dos desafios na implementação de um novo modelo de jornada.	Luiz Carlos Motta (PL-SP)



Audiências Públicas

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativos

A Comissão de Trabalho realizou em 09/04 audiência pública para discutir a regulamentação da atividade de motoristas de aplicativos (PLP 12/2024). O debate, requerido pelo deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM), abordou temas como vínculo empregatício, direitos trabalhistas e autonomia dos motoristas. Participaram representantes do Governo Federal, Ministério Público do Trabalho, empresas como Uber, 99 e InDrive, além de sindicatos e associações ligadas à categoria.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Futuro do saque-aniversário do FGTS

A Comissão de Trabalho, em audiência pública, requerida e presidida pelo deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM), debateu, em 24/04, o possível fim do saque-aniversário do FGTS. O secretário do Ministério do Trabalho, Carlos Augusto Simões, defendeu a extinção da modalidade para preservar o papel social do fundo. Já a Febraban, representada por Rafael Baldi, foi contrária à proposta, destacando que o saque é alternativa de crédito para trabalhadores negativados. O debate contou com a participação de diversas entidades.

Audiências Públicas

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Prevenção e segurança no Abril Verde

Em 25/04, a Comissão de Trabalho realizou audiência pública em memória às vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, no contexto da campanha Abril Verde. Presidido pelo deputado Bohn Gass (PT-RS), autor do requerimento, o debate destacou a importância da prevenção e do trabalho digno e seguro. A procuradora Cirlene Zimmermann (MPT) criticou o descaso das empresas e defendeu a aprovação do PL 559/24, que inclui noções de saúde e segurança no currículo escolar. Especialistas e entidades participaram da audiência.

Mario Agra / Câmara dos Deputados



Capacitação de trabalhadores para a transição energética

A Comissão de Trabalho e a Comissão Especial da Transição Energética realizaram, no dia 08/05, audiência pública sobre a formação e capacitação de mão de obra para o setor. Presidido pelo deputado Pedro Campos (PSB-PE), proponente do debate juntamente com o deputado Gervásio Maia (PSB-PB), o evento tratou de políticas públicas, qualificação profissional e parcerias para preparar trabalhadores para os desafios da transição energética. Representantes de ministérios, Petrobras, setor industrial e entidades participaram do encontro.

Audiências Públicas

Mário Agra / Câmara dos Deputados



Implantação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias

Em 15/05, a Comissão de Trabalho promoveu audiência pública para debater a implantação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias (SNFS), eixo estratégico da Economia Solidária. Presidido pelo deputado Carlos Veras (PT-PE), autor do requerimento, o encontro discutiu o papel das finanças solidárias no fomento ao microcrédito, inclusão financeira e geração de trabalho e renda. Representantes de redes de bancos comunitários, movimentos sociais e governo defenderam o SNFS como ferramenta para reduzir desigualdades e promover desenvolvimento sustentável.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Profissão de organizador de eventos em debate

Por requerimento da deputada Erika Kokay (PT-DF), profissionais do setor de eventos, representantes do Executivo e de entidades da sociedade civil participaram de Audiência Pública na Comissão de Trabalho para discutir a regulamentação da profissão de organizadores e gestores de eventos. Deryk Santana, diretor do Ministério da Cultura, destacou a informalidade e baixa remuneração da área. Entidades como ABRAPE, ABRAFEST e a Articulação Nacional de Trabalhadores em Eventos defenderam a formalização para garantir direitos trabalhistas e fortalecer o setor.

Audiências Públicas

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Saúde mental no RS após tragédia climática

Em audiência pública conjunta das Comissões de Trabalho e de Saúde, parlamentares, especialistas e representantes de entidades debateram os efeitos da tragédia climática no RS sobre a saúde mental dos profissionais e voluntários que atuam na linha de frente. O evento atendeu ao requerimento da deputada Geovania de Sá (PSDB-SC). Antônio Geraldo da Silva (ABP) alertou para o aumento dos transtornos mentais. Izabella Camargo questionou: “quem cuida de quem cuida?” Participaram do evento representantes do MTE, do Ministério da Saúde, do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e do MPT.



Elio Rizzo / Câmara dos Deputado



Trabalho para adolescentes em medida socioeducativa

Atendendo a requerimento do Deputado Alfredinho (PT-SP), a Comissão de Trabalho debateu a inserção de adolescentes egressos e em medida socioeducativa no mercado de trabalho. Cândice Arosio, do MPT, relatou que cursos de aprendizagem são ofertados nas unidades e os jovens são acompanhados até o ingresso profissional. Representantes da FEBRAEDA, da USP e de grupos de pesquisa destacaram a importância da educação e de políticas públicas para garantir a reinserção social e o cumprimento da cota legal por empresas.



Audiências Públicas

Renato Araujo/Câmara dos Deputados



Regulação da psicomotricidade e criação de conselhos

A importância da regulamentação da profissão de psicomotricista e da criação dos Conselhos Regionais e Federal foi debatida em Audiência Pública na Comissão de Trabalho, em atendimento ao requerimento do deputado Duarte Jr. (PSB-MA). O evento foi presidido pelo deputado Pedro Campos (PSB-PE) e contou com a presença de profissionais da área, representantes do MEC e da Associação Brasileira de Psicomotricidade. Liliane Garcez destacou a atuação da psicomotricidade na educação inclusiva e na relação entre corpo e aprendizado.

Renato Araujo/Câmara dos Deputados



Jornada excessiva e saúde no setor aéreo

A saúde dos trabalhadores do transporte aéreo nacional foi tema de audiência pública na Comissão de Trabalho, o evento foi requerido pelo deputado Alfredinho (PT-SP). Cirlene Zimmermann, do MPT, citou dados da OMS e da OIT que apontam que 81% das mortes relacionadas ao trabalho são causadas por doenças ocupacionais, principalmente pelo excesso de jornada. Representantes da ANAC, SNA, ABEAR e da Federação Internacional dos Pilotos destacaram os riscos à saúde e defenderam melhores condições de trabalho no setor.

Audiências Públicas

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Debate sobre trabalho avulso e movimentação de cargas

A Comissão de Trabalho promoveu audiência pública sobre o PL nº 33/2012, que trata da movimentação de mercadorias e do trabalho avulso. No evento, que foi realizado para atender requerimento do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), o representante do MTE, Benício Franco Neto, afirmou que o Ministério e a Secretaria de Relações do Trabalho são contrários ao projeto, por considerar que ele prejudica os trabalhadores. Estiveram presentes, também, representantes da UGT, de sindicatos estaduais e federações de trabalhadores da logística e movimentação.

Mario Agra / Câmara dos Deputados



Farmacêuticos do DF denunciam precarização

A Comissão de Trabalho discutiu a situação dos farmacêuticos do DF, que estão sem convenção coletiva desde 2017. A audiência foi requerida pela deputada Erika Kokay (PT-DF), que alertou para salários inferiores a R\$ 1.700 reais e jornadas de até 44 horas semanais, com desvio de função e ausência de valorização. Representantes do Conselho Regional de Farmácia, do Sindicato dos Farmacêuticos, do Conselho Federal e da Federação Nacional defenderam negociações imediatas e melhores condições de trabalho para a categoria.

Audiências Públicas

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Comissão homenageia 35 anos do SINPAF

A Comissão de Trabalho, tendo aprovado requerimento da deputada Erika Kokay (PT-DF), promoveu audiência pública para celebrar os 35 anos do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF). O evento contou com exibição de documentário, leitura de poemas e homenagens aos dirigentes sindicais. Participaram representantes de diversas seções sindicais, da Embrapa e da diretoria nacional do SINPAF, que destacaram os desafios enfrentados pelos trabalhadores da pesquisa pública.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Casos de assédio no Conselho de Técnicos Industriais

Por requerimento da deputada Erika Kokay (PT-DF), a Comissão de Trabalho debateu casos de assédio no Conselho Federal de Técnicos Industriais. A advogada Fernanda Giorgi apresentou dados alarmantes do Fórum de Segurança Pública, apontando aumento de até 48,7% nos registros de assédio em 2024. Ela defendeu legislação específica sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho. Estiveram presentes representantes da FUNDACENTRO, do SINDECOF-DF e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Conselhos e Ordens.

Audiências Públicas

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Incentivo ao voluntariado é debatido no Parlamento

No Dia Nacional do Voluntariado, a Comissão de Trabalho debateu o PL 3.044/2021, que trata do incentivo à prática voluntária. A audiência pública atendeu o requerimento do deputado Túlio Gadêlha (REDE-PE), que reforçou o papel transformador da atuação voluntária no país. Representantes do MTE, ADRA, Porto Social, Cruz Vermelha e de ONGs, como Ação da Cidadania e IDIS, destacaram o valor social do trabalho voluntário e a importância de políticas públicas que promovam o engajamento cidadão em causas coletivas.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



IA na dublagem: artistas pedem regulação

A Comissão de Trabalho, em conjunto com a Comissão de Cultura, promoveu audiência pública sobre o uso da inteligência artificial - IA no setor de dublagem, atendendo os requerimentos dos deputados Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ), Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP) e Tarcísio Motta (PSOL-RJ). Fábio Azevedo, do Movimento Dublagem Viva, defendeu regulamentação mínima da IA para preservar empregos e a qualidade artística. Participaram representantes do SAT-SP, MTE, INTERARTIS e do Ministério da Cultura.

Audiências Públicas

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Reinserção de egressas do sistema prisional

Por requerimento do Deputado Ailton Faleiro (PT-PA), a Comissão de Trabalho debateu a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional, com foco nas mulheres. Roseane Narciso (Senappen/MJ) afirmou que o sistema carcerário brasileiro é composto majoritariamente por pessoas pobres, pretas e periféricas. Participaram representantes do MTE, CNJ, CNBB, MPT, ISACADEE, Ministério das Mulheres e do Ministério dos Direitos Humanos, que defenderam ações concretas contra o hiperencarceramento.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Audiência discute saúde de empregados da Eletrobras

Representantes sindicais, fundações de saúde e da ANS participaram de Audiência Pública na Comissão de Trabalho para discutir os impactos da privatização da Eletrobras nos planos de saúde dos empregados e aposentados. O debate, requerido pela deputada Erika Kokay (PT-DF), abordou a segregação entre trabalhadores ativos, migrando para planos de mercado, e aposentados, mantidos em autogestão. Jorge Antônio Costa, Wellington Soares e Patrícia Melo alertaram para o risco de inviabilidade e piora na qualidade dos serviços. O presidente da ANS, Paulo Rebelo, explicou os limites da atuação da agência, mas reforçou que

Audiências Públicas

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Fechamento de agências da Caixa e impacto no trabalho

A Comissão de Trabalho realizou Audiência Pública para debater os efeitos do fechamento de agências da Caixa Econômica Federal no mercado de trabalho, com foco nos terceirizados. O evento atendeu o requerimento da deputada Erika Kokay (PT-DF). Representantes de categorias como vigilantes e pessoal da limpeza relataram demissões e precarização, enquanto a Caixa negou redução de postos e mencionou remanejamentos. O debate ressaltou o papel social da Caixa como banco público e a importância de equilibrar modernização digital com manutenção da rede física. Parlamentares cobraram diálogo com entidades representativas para garantir condições dignas e evitar prejuízos aos trabalhadores mais vulneráveis do sistema.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Reforma trabalhista é reavaliada após sete anos

A Comissão de Trabalho promoveu Audiência Pública para discutir os efeitos da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), sete anos após sua aprovação. O debate reuniu membros do MPT, economistas, juristas e representantes sindicais e patronais. Houve divergências: alguns afirmaram que a reforma trouxe segurança jurídica e fortaleceu a negociação coletiva; outros apontaram aumento da precarização, queda na renda, informalidade e enfraquecimento sindical. O evento foi requerido pela deputada Erika Kokay (PT-DF), que defendeu a revisão de pontos críticos da legislação. Os participantes sugeriram que o Congresso reavalie os impactos sociais e econômicos da reforma sobre os trabalhadores brasileiros.

Audiências Públicas

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Registro de profissionais de educação física nas escolas

A Comissão de Trabalho realizou audiência pública sobre a atuação de profissionais de educação física nas escolas. O evento foi solicitado por requerimento da deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP). Representantes do CONFEF, dos CREFs e professores defenderam a obrigatoriedade do registro profissional para garantir ética, qualidade e fiscalização. Argumentou-se que a presença de profissionais habilitados é essencial à segurança e ao desenvolvimento integral dos estudantes. O debate também abordou a valorização da educação física como componente curricular indispensável à saúde e ao rendimento escolar, combatendo práticas desinformadas e o exercício irregular da profissão no ambiente escolar.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Alterações na Lei de Cabotagem

Atendendo a requerimento do deputado Carlos Veras (PT-PE), relator do Projeto de Lei 1319/24, a Comissão de Trabalho realizou audiência pública para discutir alterações na Lei de Cabotagem. O debate tratou da revisão do Programa BR do Mar (Lei 14.301/22) e da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, com o objetivo de fortalecer a indústria naval brasileira. Parlamentares, representantes do setor marítimo e especialistas destacaram a importância da cabotagem para a logística nacional, a geração de empregos e a competitividade do país.

Comparecimento de Ministro de Estado

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



O Ministro do Trabalho Luiz Marinho compareceu à Comissão de Trabalho para debater questões relacionadas à regulamentação dos motoristas de aplicativos. A reunião foi conduzida pelo deputado Lucas Ramos (PSB-PE) presidente da Comissão.

O Ministro argumentou por quarenta minutos e iniciou relatando acerca dos altos índices de pessoas em situação de trabalho análogo à escravidão, enfatizou que a missão do Ministério não se limita a resgatar indivíduos nessas condições como também em prevenir que novos casos aconteçam. Ele também mencionou questões referentes ao bolsa família para pessoas com carteira assinada e deu explicações referentes ao Fundo de Garantia e prejuízos do saque aniversário do FGTS.

Luiz Marinho foi convidado para a audiência pública realizada no dia 9 de abril, solicitada pelo deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM), para esclarecer aos motoristas de aplicativos as vantagens e impactos da regulamentação. O PLP 12/2024 foi assinado no dia 4 de março pelo Presidente Lula, porém o PLP suscitou muitas críticas por parte dos brasileiros. A Câmara dos Deputados realizou uma enquete com cerca de 64 mil participantes em que 95% deles se disseram desfavoráveis ao Projeto.

O Ministro destacou a segurança aos trabalhadores após a regulamentação, que mesmo sem o vínculo empregatício, o trabalho será realizado nas bases da CLT com jornada de 8 horas e limite de 12 horas por dia, além do pagamento por hora trabalhada no valor de R\$ 32,09 e uma remuneração mínima fixada no salário mínimo. Marinho salientou que os trabalhadores pagarão 7,5% sobre a remuneração ao INSS e o percentual recolhido pelos empregadores será de 20%. Estavam presentes no Plenário parlamentares da Comissão e diversos motoristas de aplicativos que acompanharam a audiência.

Comparecimento de Ministra de Estado

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



A Comissão de Trabalho, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizou Reunião de Comparecimento da Ministra de Estado, Aparecida Gonçalves, para discussão sobre programas e projetos da pasta para a gestão de 2024, a deputada Ana Pimentel (PT-MG), presidiu o encontro.

O requerimento nº 28/2024, foi um pedido da deputada Ana Pimentel (PT-MG), para ampliar o diálogo do Parlamento brasileiro e aumentar os espaços de defesa dos direitos das mulheres, além de apresentar informações acerca das ações promovidas no âmbito do Ministério. O deputado Bohn Gass (PT-RS), foi o autor do requerimento nº 33/2024, que convidou a Sra. Ministra para debater a Política de Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens.

O requerimento nº 44/2024, foi de autoria dos deputados Amália Barros (PL-MT), Chris Tonietto (PL-RJ), Clarissa Tércio (PP-PE), Coronel Fernanda (PL-MT), Franciane Bayer (REPUBLIC-RS) e Nikolas Ferreira (PL-MG). Os parlamentares pediram o comparecimento da Ministra da Mulher, para esclarecer sobre o posicionamento claro, por parte do Ministério da Mulher quanto à definição do termo “mulher”. O conceito e a representação das mulheres em políticas governamentais.

A Sra. Ministra mencionou que em 2023, houve mais de vinte leis aprovadas, em benefício às mulheres brasileiras, e destacou, que foram estabelecidas uma série de medidas a serem implementadas ao longo desse ano, como: políticas públicas para mulheres rurais e indígenas; autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho; educação para igualdade e cidadania; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres (redes de atendimento à mulher, casa da mulher brasileira); mulheres em espaço de poder e decisão, entre outras.

Palestra: **O que é e como prevenir a síndrome de burnout**

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



A palestrante Izabella Camargo foi diagnosticada com a síndrome de burnout e detalhou aos participantes a experiência vivida, fato que ocorreu quando apresentava, ao vivo, a previsão do tempo em um telejornal. A palestra teve por finalidade esclarecer os sintomas e causas que resultam na síndrome do burnout, além de prevenção e tratamento.

A ideia era trazer conhecimentos sobre os desafios enfrentados pela sociedade para construção de postos de trabalho com melhores salários, jornadas adequadas e, sobretudo, valorizar o trabalhador.

A Comissão, por meio do requerimento nº 37/2024, de autoria do deputado Lucas Ramos (PSB-PE), decidiu homenagear, durante todo o mês, a importância do trabalhador, produzindo uma série de atividades em comemoração ao 1º de maio.

Seminários

Marcos Brandão/Senado Federal



Seminário debate impacto da economia digital e criadores de conteúdo no mercado de trabalho

A economia digital tem ganhado destaque no Brasil, impulsionando empregos, inovação e novas formas de geração de renda. Para discutir esse cenário e seu impacto no futuro do trabalho, a Comissão de Trabalho promoveu em 19 de junho, no Salão Nobre da Câmara, o seminário “Empregabilidade na era digital e o papel dos criadores de conteúdo”. Proposto pelo deputado Duarte Jr. (PSB-MA), o evento reuniu representantes da Hotmart, TikTok, YouTube, Conselho Digital e influenciadores digitais como Lara Rogedo, Rafaela Lima, Lito Sousa e Igor Coelho.

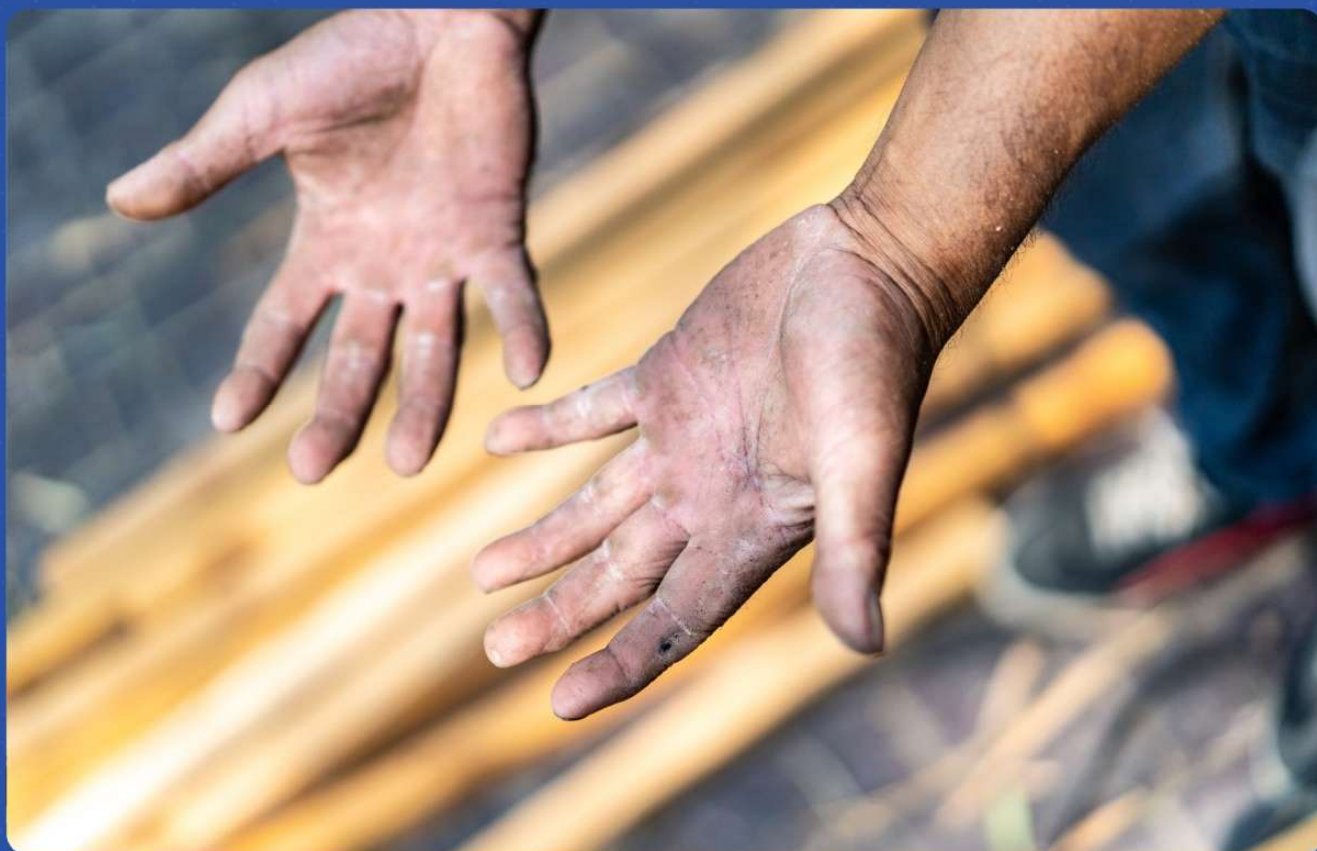
Mario Agra / Câmara dos Deputados



Seminário conjunto da Comissão de Trabalho e da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços discute empreendedorismo digital e futuro do trabalho

A digitalização tem transformado o mercado de trabalho, criando novas formas de emprego, consumo e serviços. Para debater esses impactos, as Comissões de Trabalho e de Indústria, Comércio e Serviços promoveram em 10 de setembro, no Auditório Freitas Nobre, o seminário “Empreendedorismo Digital e o Futuro do Trabalho”. Proposto pelo deputado Lucas Ramos (PSB-PE), o encontro destacou a regulamentação das plataformas digitais e a proteção dos trabalhadores. Participaram representantes de órgãos do governo federal, setor privado, academia e entidades como Mercado Livre, YouTube, Rappi, Hotmart e Sebrae.

Combate ao Trabalho Infantil



Foi realizado no dia 1º de julho, pela Comissão de Trabalho, Seminário sobre o Combate ao Trabalho Infantil, o encontro ocorreu no Auditório Fernando Santa Cruz, na Sede da OAB, em Pernambuco-PE, e foi oriundo do requerimento nº 51/2024, que atendeu ao pedido do deputado Túlio Gadelha (REDE-PE), que presidiu o evento.

A Procuradora do Ministério Público do Trabalho e Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente, Jailda Pinto, afirmou que “a partir dos 14 anos, os adolescentes saem da escola para buscar sustento ou fonte de renda,” enfatizou, também, a necessidade de proteção aos menores, visto que o trabalho protegido de menor aprendiz, alia dois direitos fundamentais educação e profissionalização de forma supervisionada.

O Seminário contou com a presença da Juíza do Trabalho e cogeradora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem do TRT da 6ª Região, da Presidente da Comissão de Direito do Trabalho - OAB-PE, dos representantes da Secretaria da Criança e Juventude/PE, do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensões no campo da Política da Criança e do Adolescente, do Gestor do Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente de Pernambuco, da Coordenadora de Inserção de Aprendizes da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Pernambuco e do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT.

Comissão de Trabalho debate regulamentação dos trabalhadores por aplicativo em série de seminários

Richard Lourenço / Rede Câmara



Entre maio e julho de 2024, a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados promoveu uma série de seminários em diferentes capitais para discutir o contexto político e legislativo dos trabalhadores por plataforma digital. Os encontros tiveram como foco o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 12/2024, apresentado pelo Poder Executivo, que propõe regulamentar a atividade de motoristas e entregadores de aplicativos.

O projeto prevê medidas como limite diário de horas trabalhadas, representação sindical, remuneração mínima e acesso a direitos previdenciários, o que gerou debates intensos sobre os impactos para a categoria.

O primeiro seminário ocorreu em São Paulo, no dia 17 de maio, presidido pelo deputado Alfredinho (PT-SP), com participação de entidades representativas de motoristas, entregadores, Ministério do Trabalho e Câmara Municipal. No dia 20, foi a vez de Salvador, em evento conduzido pelo deputado Léo Prates (PDT-BA) e pela deputada Flávia Moraes (PDT-GO), que reuniu parlamentares, sindicatos e o Ministério Público do Trabalho na Bahia.

Em Goiânia, em 27 de maio, a deputada Flávia Moraes conduziu a discussão ao lado do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e do presidente do TRT-GO, desembargador Geraldo Rodrigues do Nascimento, que destacou a necessidade de garantias previdenciárias e políticas públicas específicas.

Por fim, em Manaus, no dia 4 de julho, o deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM) liderou o seminário realizado no Auditório Zany dos Reis, na Câmara Municipal. O encontro buscou aprofundar críticas e questionamentos levantados por trabalhadores e especialistas sobre a proposta, evidenciando a divisão de opiniões em torno da regulamentação.

Com essa série de encontros regionais, a Comissão de Trabalho ampliou o diálogo com representantes do poder público, sindicatos, associações e a sociedade civil, reforçando a importância de construir uma regulamentação que assegure proteção social e melhores condições de trabalho, sem comprometer a autonomia dos profissionais de aplicativos.



Reginaldo Ipê / Câmara Municipal de Salvador



Richard Lourenço / Rede Câmara

Comissão de
Trabalho



Este relatório da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, referente ao ano de 2024, foi elaborado com base nos princípios da Linguagem Simples para a Cidadania, priorizando clareza, objetividade e acessibilidade. Tornar os materiais oficiais mais compreensíveis é essencial para aproximar o Parlamento da sociedade, ampliar a transparência e assegurar que todos os cidadãos, independentemente de sua formação, possam compreender, acompanhar e participar das decisões públicas.

